

Amagis atua
por interesses
da Classe na
Corregedoria

PÁGINA 3

Duas chapas
disputam as
eleições da
Associação

PÁGINAS 6 E 7

Novembro
Azul alerta
para a saúde
masculina

PÁGINA 28



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Presidente aponta avanços e inovações na gestão

Ao fazer balanço dos três anos de sua gestão, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, destacou os desafios enfrentados, especialmente por conta da pandemia. O período atípico impôs mudanças e inovações na própria Associação, para proteger a saúde

e a vida dos magistrados, mas não impediu a atuação por conquistas importantes, como o benefício especial na migração previdenciária e a criação de 170 cargos de assessor, e também contra perdas e retrocessos.

PÁGINAS 10 E 11

Falta de regulamentação das criptomoedas desafia o Judiciário



O mercado de criptomoedas movimentou bilhões de dólares por ano em todo o mundo. A ausência de uma legislação que regule as moedas virtuais gera dúvida e insegurança em alguns investidores, pois a falta de leis específicas sobre as criptomoedas dificulta o trabalho do Judiciário em casos de fraude.

PÁGINAS 8 E 9

TRÊS ANOS DE VOCAÇÃO COM INOVAÇÃO MARCAM A GESTÃO

POR ALBERTO DINIZ*

“Além de ser fiel à sua missão, a Amagis inovou em benefícios para enfrentar o desafio de proteger a saúde e a qualidade de vida de toda a Classe”

Construímos nesses três anos uma gestão integralmente dedicada à vocação por atuação em defesa e valorização da Magistratura e em iniciativas de aprimoramento do Judiciário. Mesmo sendo período atípico em que nada mais é como antes, por conta da pandemia, a Amagis manteve sua vocação, mas também evoluiu. Além de ser fiel à sua missão, inovou em serviços e benefícios para toda a Classe, especialmente no desafio de proteger a saúde e a qualidade de vida dos associados e familiares.

Criamos as teleconsultas, com especialistas em mais de 20 áreas médicas, para evitar riscos de contágio e exposição ao coronavírus. Orientamos, permanentemente, os associados sobre a prevenção por meio do Boletim Covid-19, e pautamos todas nossas ações a partir das recomendações da ANS e Anvisa.

Como braço político da Magistratura, não descuidamos de seus interesses no Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislati-

va, no Executivo e em Brasília. Na Assembleia Legislativa, reduzimos perdas na Reforma da Previdência por meio de parcerias e criação do Fórum Mineiro da Carreiras Típicas de Estado, fortalecendo nossas demandas e das demais categorias. Daí, tivemos importantes conquistas ainda, como a criação de benefício especial para migração de regime previdenciário.

Para consolidar e atender melhor aos magistrados, criamos programa de consultas previdenciárias, orientando-os na tomada de decisão para a aposentadoria. Outro resultado legislativo significativo foi a aprovação da criação de 170 cargos de assessor para juízes por recrutamento amplo.

Em Brasília, em parceria com a AMB e outras Associações estaduais, barramos danos e retrocessos de projetos como o Extrateto e da PEC Emergencial. Vencemos parcialmente outra batalha com a retirada da Classe da reforma administrativa. No TJMG, abrimos este ano com avanços significativos, como o reconhecimento do direito ao benefício por direção de foro, plantões e turma recursal, alteração de critérios de compensação por acúmulo de acervo, entre outros.

Em toda a gestão, nos pautamos também pela higidez financeira contra a crise econômica do país e os fake News que teimam em espalhar acusações caluniosas. Os números não mentem nem atacam.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE

🖱️ Clique na notícia para abrir a página desejada



- Amagis defende interesses da Classe na Corregedoria **PÁG 03**
- Amagis divulga nota de apoio a magistrado de Mantena **PÁG 05**
- Eleições da Amagis serão no dia 3 de dezembro **PÁG 06**
- Conheça as duas chapas **PÁG 07**
- Expansão das criptomoedas exige regulamentação **PÁG 08**
- Entrevista: Desembargador Alberto Diniz, Presidente da Amagis **PÁG 10**
- Programa restaurar contra a violência doméstica **PÁG 15**
- Gilson Lemes ressalta a importância da governança na gestão judiciária **PÁG 16**
- Apadrinhe cartas de Natal no TJMG **PÁG 16**

- TJ destaca importância da Amagis nos 66 anos **PÁG 17**
- Colônias têm inscrições abertas para alta temporada **PÁG 19**
- Na música, clássico é clássico também **PÁG 20**
- Curadoria está disponível no site da Associação **PÁG 21**

+SAÚDE!

- Conselho Gestor atua pelo aperfeiçoamento do plano **PÁG 25**
- Passaporte da vacinação está disponível no Conecte SUS **PÁG 26**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo -

Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441

Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634

Izabela Machado - Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis defende interesses da Classe na Corregedoria

Associação mantém diálogo permanente com o órgão

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, fez gestões junto ao corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, a fim de obter esclarecimentos e encaminhamentos sobre os requisitos para fins de cooperação, relacionado a alguns magistrados.

No dia 8 de outubro, o desembargador Agostinho de Azevedo informou ao presidente da Amagis ter determinado aos juízes auxiliares da Corregedoria que fizessem contato com cada juiz, para que os esclarecimentos e as possíveis providências sejam tomados individualmente.

O presidente Alberto Diniz afirmou que a Associação mantém o diálogo permanente com o corregedor-geral de Justiça para tratar de temas de interesse da Classe, e que a Amagis atuará para atender à solicitação de magistrados referente aos requisitos para fins de cooperação.

“Como legítima representante da

ROBERT LEAL/TJMG



Corregedoria-Geral de Justiça está instalada na unidade Goiás do TJMG

Magistratura, há 66 anos, e como faz permanentemente, desde o início da gestão, a Associação e a Diretoria da Amagis mantém profícuo diálogo com

a Direção do TJMG, para impedir eventuais injustiças e garantir os direitos e interesses dos magistrados e magistradas”, afirmou Alberto Diniz. ●

Inscreva-se na lista de
WhatsApp ou **Telegram**
da Amagis para receber
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

Amagis divulga nota de apoio a magistrado de Mantena

Presidente sustentou que decisões têm base na Constituição

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 28 de outubro, nota pública em defesa da atuação do juiz Thiago Guimarães Emerim, da Comarca de Mantena (Vale do Rio Doce), em razão de matérias veiculadas na imprensa.

O presidente da Associação esclareceu que as decisões do juiz relativas ao artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Lei das Drogas), assim como as de outros magistrados que vão no mesmo sentido, são baseadas na

Lei, na Constituição Federal, na liberdade de convencimento e interpretação, que é conferida pela legislação aos magistrados, pilar da independência judicial e do Estado de Direito.

“O juiz Thiago Guimarães Emerim é magistrado de honradez e capacidade reconhecidas perante a Magistratura e a comunidade jurídica. Eventuais discordâncias sobre decisões judiciais no âmbito de um processo têm os recursos próprios previstos em lei”, afirmou Alberto Diniz.●

“As decisões do juiz são baseadas na Lei, na Constituição Federal, na liberdade de convencimento e interpretação, que é conferida pela legislação aos magistrados, pilar da independência judicial”

Alberto Diniz, presidente da Amagis



Amagis defende atuação de Juiz de Mantena

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público manifestar defesa e apoio à atuação do juiz Thiago Guimarães Emerim, da Comarca de Mantena, em razão de nota e matéria publicadas na imprensa recentemente.

As decisões do juiz Thiago Guimarães Emerim relativas ao artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Lei das Drogas), assim como as de outros magistrados que vão no mesmo sentido, se baseiam na Lei e na Constituição Federal e na liberdade de convencimento e interpretação, que é conferida pela legislação aos magistrados e que é pilar da independência judicial e do Estado de Direito.

O juiz Thiago Guimarães Emerim é magistrado de honradez e capacidade reconhecidas perante a Magistratura e a comunidade jurídica. Eventuais discordâncias sobre decisões judiciais no âmbito de um processo têm os recursos próprios previstos em lei.

Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis

Nota divulgada pelo presidente da Amagis

NOVEMBRO
AZUL

Mês de combate
ao câncer de
próstata



Sua saúde
depende da
sua atitude



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS



AMAGIS
Saúde

Eleições da Amagis serão no dia 3 de dezembro

Votação será na sede da Associação e por meio dos Correios

No dia 3 de dezembro, será eleita a nova diretoria da Associação e Amagis Saúde, triênio 2022/2024. Em Belo Horizonte, a votação será realizada, presencialmente, na sede da Amagis e os associados residentes no interior poderão enviar seu voto por meio de carta pelos Correios.

A Junta Eleitoral foi escolhida, no dia 7 de outubro, em reunião virtual do Conselho Deliberativo da Amagis. O colegiado é formado pelos desembargadores Dídimo Inocêncio de Paula (presidente), Rogério Alves Coutinho e Sálvio Chaves, a desembargadora Ana Paula Nannetti Cai-xeta e os juizes José Raimundo Du-arte e Noelho Adelino Machado.

A primeira reunião da Junta Eleito-ral foi realizada no dia 18 de outubro, quando os magistrados que integram o colegiado deliberaram sobre publi-cação de portaria com informações



Membros da Junta Eleitoral durante reunião na sede da Amagis

sobre o registro de chapas para a dis-puta do pleito.

Todas as informações sobre as elei-ções da Amagis e Amagis Saúde es-tão sendo publicadas no site amagis.

com.br, garantindo mais transparência ao proces-so eleitoral. *Clique no bo-tão ao lado e tenha aces-so a esse conteúdo.*

SAIBA
MAIS



SAIBA COMO VOTAR

Magistrados residentes em Belo Horizonte

- Devem votar no dia 3 de dezembro, na sede da Amagis, em Belo Horizonte, das 9h às 19h
- Em casos excepcionais, caso o magistrado com residência em Belo Horizonte não possa, por motivação comprovada, comparecer à Amagis no dia da votação, ele pode solicitar à Junta Eleitoral o envio de cédula para votar pelo Correio. A Junta irá deliberar sobre cada caso e, sendo a decisão positiva, o magistrado receberá a cédula.
- O pedido deve ser feito por requerimento enviado para e-mail presidencia@amagis.com.br ou entregue na sede da Amagis, em Belo Horizonte.

Magistrados residentes no interior

- Podem votar por meio dos Correios, em cédula própria, enviada a todos os associados do interior.
- Os magistrados devem seguir as orientações conti-das na correspondência e postar o voto nos Correios o quanto antes para que ele chegue a tempo de ser computado no dia 3 de dezembro.
- A carta-resposta com a cédula já é de porte pago, ou seja, a postagem poderá ser feita gratuitamente em qualquer agência dos Correios. É importante ressaltar que as cédulas não podem ser entregues na Amagis [estas serão consideradas inválidas e destruídas]. O único meio de votar por carta é enviando a correspon-dência pelos Correios.
- Os magistrados com residência no interior também podem votar na sede da Amagis, no dia 3 de dezembro, desde que não tenham enviado o voto pelos Correios. Caso já tenha enviado a cédula pelos Correios, este voto por carta é que será computado e o magistrado não poderá votar presencialmente no dia 3.
- As cartas serão enviadas para o endereço de cadastro dos magistrados na Amagis. Caso o endereço esteja desatuali-zado, entre em contato com a Amagis para informar os no-vos dados, fazendo seu requerimento para reenvio da cédula no novo endereço pelo e-mail presidencia@amagis.com.br.
- Quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas no Depar-tamento Jurídico da Amagis: [31] 3079-3499.

Conheça as duas chapas

CHAPA 1

OXIGENAMAGIS



Presidente: Maria Dolores Giovine Cordovil

Vice-presidente Administrativo: Fernando Caldeira Brant

Vice-presidente Financeiro: Alexandre Quintino Santiago

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: José Maurício Cantarino Villela

Vice-presidente de Saúde: Vanessa Verdolim Hudson Andrade

Vice-presidente do Interior: Fernanda Machado de Moura Leite

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: José Antonio Braga

Diretor-Secretário: Ademir Bernardes de Araújo Filho

Subdiretor-Secretário: André Luiz Polydoro

CONSELHO DELIBERATIVO

Myrna Fabiana Monteiro Souto
Narciso Alvarenga M. de Castro
Geraldo Carlos Campos
Evandro Lopes da Costa Teixeira
Selma Maria Marques de Souza
Paulo Tristão Machado Júnior
Vilma Lúcia Gonçalves Carneiro
Andrea Cristina de Miranda Costa
Francisco Lacerda de Figueiredo
Marcelo Rodrigues Fioravante
Alessandra Ramos Machado de Matos
Ivana Fidélis Silveira
Edson Alfredo Sossai Regonini
Dalmo Luiz Silva Bueno
Herilene de Oliveira Andrade
Felipe Manzaneres Tonon
Luciana Mara de Faria
Gustavo Eleutério Alcalde
Rodrigo Fernando Di Gioia Colosimo
Manoel Jorge de Matos Júnior
Shirley Fenzi Bertão

CONSELHO GESTOR DE SAÚDE

Segunda instância

Estevão Luchesi de Carvalho [titular]
Renato Luis Dresch [titular]
Mônica Libânio Rocha Bretas [suplente]
Vicente de Oliveira Silva [suplente]

Capital

Kenea Márcia Damato de Moura [titular]
Paulo Gastão de Abreu [titular]
Cláudia Regina Macegosso [suplente]
Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes [suplente]

Interior

Joyce Souza de Paula [titular]
Fábio Roberto Caruso de Carvalho [titular]
Rafael Lopes Lorenzoni [suplente]
Breno Aquino Ribeiro [suplente]

Aposentados

Márcio Vani Bemfica [titular]
Eduardo Andrade Guimarães [titular]
Alyrio Ramos [suplente]
Maurício Pinto Coelho Filho [suplente]

Fiscais da Chapa

Mariana de Lima Andrade
Fernando de Vasconcelos Lins

CHAPA 2

MAGISTRATURA UNIDA, FORTE E INDEPENDENTE



Presidente: Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Administrativo: Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente financeiro: Roberta Rocha Fonseca

Vice-presidente de Saúde: Jair Francisco dos Santos

Vice-presidente do interior: Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro

Vice-presidente Sociocultural Esportivo: Maurício Pinto Ferreira

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Heloísa Helena de Ruiz Combat

Diretora-secretária: Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Subdiretor-secretário: Evandro Cangussu Melo

CONSELHO DELIBERATIVO

Antônio Armando dos Anjos
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Carlos Alberto Pereira da Silva
Aloysio Libano de Paula Júnior
Ana Régia Santos Chagas
Consuelo Silveira Neto
Fábio Gabriel Magrini Alves
Genole Santos de Moura
Richardson Xavier Brant
Evaldo Elias Penna Gavazza
José Aluísio Neves da Silva
Marcos Alberto Ferreira
Raquel Agreli Melo
Morvan Rabelo de Rezende
Aline Arquette Leite Novais
Alessandro de Abreu Borges
Túlio Márcio Lemos Mota Naves
Emerson Chaves Mota
Vinicius Dias Paes Ristori
Marcos Alves de Andrade
Denes Ferreira Mendes

CONSELHO GESTOR DE SAÚDE

Segunda instância

Édson Feital Leite [titular]
Marco Aurélio Ferenzini [titular]
Valéria Rodrigues Queiroz [suplente]
Guilherme Azeredo Passos [suplente]

Capital

Flávia Birchall de Moura [titular]
Renato Luiz Faraco [titular]
Clayton Rosa de Resende [suplente]
Cláudia Aparecida Coimbra Alves [suplente]

Interior

Ele Alexander Camargos Diniz [titular]
Josselma Lopes da Silva Lages [titular]
Fabiano Garcia Veronez [suplente]
Marcelo Carlos Cândido [suplente]

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes [titular]
José Nicolau Masselli [titular]
Maura Angélica Ferreira [suplente]
José Maria dos Reis [suplente]

Fiscais da Chapa

Marco Aurélio Ferenzini
Octavio Augusto De Nigris Boccalini

Expansão das criptomoedas exige regulamentação

Moeda virtual é uma realidade, mas falta de lei facilita golpes

Aplicar em criptomoeda é seguro? Essa é uma pergunta comum, ou que deveria ser feita, por todos os interessados nesse segmento do mercado, que movimentam bilhões de dólares por ano em todo o mundo, e ainda gera dúvidas em alguns investidores.

A própria origem das criptomoedas é controversa, pois não é possível determinar com exatidão quem teria sido o criador dessa moeda digital. O juiz Fernando Lamego Sleumer, da Comarca de Belo Horizonte, aponta a crise financeira de 2008, como marco para o surgimento das criptomoedas.

De acordo com o magistrado, a ideia de um sistema de circulação de moeda autônomo surgiu diante da grande desconfiança com relação ao sistema bancário e suas garantias, em consequência da crise de pagamentos de 2008, ligada às hipotecas primárias e secundárias concedidas pelos bancos naquele período. Desde então, as criptomoedas foram se tornando uma realidade no mercado.

EXPANSÃO

Na avaliação do advogado Bernardo Bicalho, membro da Comissão de Faltência e Recuperação Judicial da OAB-MG, a expansão das criptomoedas pode ser atribuída à necessidade de o mercado financeiro aplicar recursos em novas formas de investimento. “As taxas de juros estão extremamente

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Fernando Lamego defende a regulação das criptomoedas

órgãos como a Banco Central, Receita Federal e a Comissão de Valores Mobiliários para normatizar e disciplinar as transações em criptomoedas.

O juiz Fernando Lamego considera que o mercado das criptomoedas cresce exponencialmente, e que investidores institucionais estão ingressando cada vez mais nesse ramo das finanças. As corretoras de valores mobiliários estão passando por um processo de regulação.

Segundo o magistrado, mesmo já existindo mecanismos mais seguros para a compra de criptomoedas, é pre-

muita dificuldade em lidar com as criptomoedas”, afirmou Fernando Lamego.

REGULAÇÃO

Segundo o juiz Fernando Lamego, apesar de existirem cinco projetos de lei sobre a regulamentação das criptomoedas em discussão no Congresso Nacional, não há nenhuma legislação específica sobre essa moeda virtual. Na avaliação do magistrado, essa situação deixa um limbo normativo e cria uma dificuldade muito grande para a Justiça reconhecer esse ativo.

“A transação é feita por duas chaves públicas [remetente e destinatário], e uma chave secreta privada, cujo portador ou titular é desconhecido. Portanto, hoje, a Justiça tem muita dificuldade em lidar com as criptomoedas”

Juiz Fernando Lamego Sleumer, da Comarca de Belo Horizonte

baixas e os investidores estão tentando buscar alternativas para maximizar seus lucros”, ponderou.

Bicalho, no entanto, considera o mercado das criptomoedas bastante nebuloso por não ser totalmente regulamentado, mesmo com a atuação de

ciso todo cuidado ao fazer esse investimento, pois as transações são autônomas e irreversíveis. “A transação é feita por duas chaves públicas [remetente e destinatário], e uma chave secreta privada, cujo portador ou titular é desconhecido. Portanto, hoje, a Justiça tem

Para o advogado Bernardo Bicalho, a própria natureza do bem – caracterizado por ser descentralizado e autônomo a governos – cria uma dificuldade para a Justiça ter confiabilidade nas criptomoedas e recebê-las como um ativo na garantia de um pagamento.

Bicalho reconhece a tentativa de evolução na normatização das criptomoedas no Brasil e cita o exemplo dos EUA, onde, inicialmente, a moeda virtual era considerada um direito, depois passou a ser tipificada com um bem e, por fim, tornou-se uma propriedade. Entre as iniciativas de normatização no Brasil estão, as orientações da Receita Federal, determinando a declaração da posse de mais R\$ 5 mil em criptomoeda na declaração de bens e direitos, e a apuração de ganho de capital no montante de vendas da moeda digital superior a R\$ 35 mil por mês.

FRAUDES

De acordo como Bernardo Bicalho, por ainda ser um mercado desconhecido para a maioria dos investidores, a criptomoeda torna-se atrativa para a maioria dos golpistas. “Quando você desconhece um fato e a outra pessoa

A partir do momento em que uma operação seja efetivada, ela não pode ser desfeita”, afirmou Bernardo Bicalho.

O juiz Fernando Lamego alerta que os estelionatários trabalham com a ganância e com o tempo. “Toda vez que uma pessoa irá receber, em um curto espaço de tempo, um retorno financeiro muito grande, ela tem que desconfiar. O risco é proporcional ao retorno” comentou. O magistrado orienta que, antes de investir, as pessoas procurem o máximo de informações possíveis sobre as criptomoedas e procurem corretoras de valores reconhecidas no mercado, mesmo que seja necessário pagar taxas mais caras.

AUTENTICAÇÃO

O magistrado esclareceu que as transações em criptomoedas são registradas no blockchain, uma espécie de livro contábil virtual, que enquanto tal

“As taxas de juros estão extremamente baixas e os investidores estão tentando buscar alternativas para maximizar seus lucros”

Bernardo Bicalho, advogado

conhece demais esse fato, uma tende a prevalecer sobre a outra numa relação comercial”, comentou.

Segundo o advogado, hoje, o principal golpe é o retorno financeiro acima das taxas praticada no mercado. E a principal dificuldade para as vítimas é identificar onde está o estelionatário, pois muitas vezes a transação pode ter sido praticada por um fraudador em outro país, em outro continente. Isso também implica em não saber qual a jurisdição o estelionatário está submetido. “As criptomoedas são individualizadas, autônomas e as operações são irreversíveis.

não pode ser rasurado, e assegura a possibilidade das operações financeiras realizadas com as moedas virtuais sejam auditadas.

Por sua vez, os blockchain são autenticados num processo chamado de mineração, no qual o “livro contábil” da criptomoeda é atualizado. Os mineradores recebem recompensas em moedas virtuais por seus serviços.

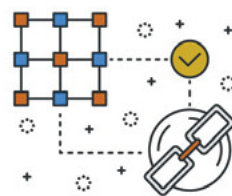
A criptomoeda mais conhecida é a bitcoin, mas existem outras opções no mercado como Ethereum, Ripple, Bitcoin Cash, Cardano, Stellar e Litecoin entre outras. ●

7 termos para entender as criptomoedas

Confira o significado de expressões comuns na economia digital

Blockchain

Significa cadeia de blocos. É como se fosse um imenso livro virtual que registra qualquer transação com uma determinada criptomoeda (bitcoin, por exemplo). Os blocos de informações, que formam uma rede, contêm um registro das transações que estão ocorrendo. Isso impede o gasto duplo e assegura a possibilidade de auditar qualquer operação com a moeda virtual.



BTC

Abreviatura de bitcoin. Normalmente utilizado em corretoras para identificar este ativo.



Corretoras

São empresas que vendem moedas digitais, como o Mercado Bitcoin, num processo semelhante àquele adotado pelas corretoras de dólares, por exemplo. Garantem transparência e segurança para investidores.



Mineração

Processo de registro da criptomoeda na blockchain. A cada transação, um minerador faz a autenticação das informações junto aos nodes e atualiza essa espécie de livro contábil da moeda. Esse trabalho rende uma recompensa em bitcoins para o minerador.



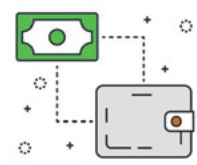
Nodes

Os nodes são membros da rede do bitcoin que contêm uma cópia da blockchain em seu computador. Podem ser usuários comuns, que instalaram o software do bitcoin em seu computador e ajudam a validar a veracidade das informações.



Satoshi

Menor unidade de um bitcoin (no real, essa unidade se chama centavo). É o equivalente a 0,00000001 bitcoin - ou seja: um bitcoin vale 100 milhões de satoshis.



Wallet

É sua carteira virtual. Permite que você armazene, envie e receba criptomoedas. As carteiras frias (cold wallets) reduzem os riscos, porque ficam desconectadas da internet, ao contrário das carteiras quentes (hot wallets).

by  MERCADO BITCOIN

Alberto Diniz

Presidente da Amagis



EDUARDO ROCHA

Comprometido com a valorização e integração da Classe, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, viu-se obrigado a redimensionar o planejamento de sua gestão com a pandemia da Covid-19, concentrando esforços na atenção à saúde dos associados. No entanto, as adversidades impostas pelo coronavírus não impediram o presidente de defender os interesses da Magistratura junto aos Três Poderes.

Como a pandemia da Covid-19 impactou a gestão do senhor?

Ao assumirmos a gestão, tínhamos, como compromisso, intensificar a interiorização da Amagis. O passo inicial, dado no primeiro ano, foi realizar o planejamento financeiro da Associação, a fim de que pudéssemos levar adiante as ações de interiorização com responsabilidade fiscal. Estávamos prontos para ir a Uberlândia (Triângulo Mineiro), quando, em março, no segundo ano de gestão, tiveram início as restrições impostas pela pandemia.

Quais mudanças foram feitas diante desse contexto?

Foi preciso refazer parte do nosso plano de gestão, concentrando nosso trabalho, com o apoio da Amagis Saúde, no enfrentamento ao coronavírus. Viramos nossa bússola para o norte do atendimento à saúde da Magistratura e seus familiares. Nesse período, surgiram também desafios no campo legislativo, que nos levou a intensificar a agenda institucional com os Três Poderes. Com a pandemia, realizamos uma série de reuniões virtuais com os magistrados do interior, preservando, mesmo que a distância, nosso compromisso de interiorização.

Como foi feita a integração de juízes e juízas em todo o Estado?

Contamos com o trabalho dos diretores seccionais da

Associação, que têm um canal direto com a Presidência da Amagis para que possamos dar total apoio aos magistrados, seja na defesa de suas prerrogativas ou na segurança institucional.

Quais medidas foram tomadas para o enfrentamento da Covid-19?

Foram desenvolvidos projetos como as teleconsultas, hoje com especialistas em mais de 20 áreas médicas, procuramos orientar os usuários do plano com relação à prevenção, inclusive a necessidade, quando possível, da não realização de procedimentos médicos eletivos. Criamos o Boletim Covid-19, a fim de reforçar as orientações sobre a pandemia. Pautamos todas nossas ações a partir das orientações da Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS] e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa].

Como foi desenvolvida a atuação junto ao Legislativo e o Executivo num período de restrições e isolamento social?

Nós, da Associação, da Diretoria, não paramos. Como presidente, estive na Amagis todos os dias, como tenho estado até hoje. Em abril, contraí Covid-19, fiquei em quarentena e lutei contra essa doença, conciliando o trabalho junto aos deputados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais [ALMG] para reduzir perdas na Reforma da Previdência. A criação do Fórum Mineiro da Carreiras Típicas de Estado foi

“Nossa função é valorizar a Magistratura e, na medida em que o Judiciário dignifica o juiz, preza também pelo jurisdicionado. O reflexo disso é a credibilidade da Justiça aumentar, porque o cidadão compreende que o magistrado atua para garantir os seus direitos”

muito importante nesse processo.

Pode haver quem pense o contrário, mas lutamos muito e demos nossas contribuições para a Classe na Assembleia. A principal delas foi aprovação, após a sanção da reforma da Previdência, do benefício de migração especial, que garante ao magistrado, até o dia 31 de dezembro deste ano, escolher qual regime previdenciário irá melhor atender às suas necessidades no futuro.

Como a Amagis orientou os magistrados sobre as conquistas na previdência?

Desde o princípio, disponibilizamos para os associados consultoria gratuitas a partir da contratação de um excelente escritório de advocacia, tendo atendido ao todo mais de 400 magistrados, entre os quais cerca de 150 esclareceram dúvidas específicas sobre o benefício de migração especial para o regime de previdência complementar. Isso, para nós, é motivo de muito orgulho, pois conquistamos a lei e hoje estamos atendendo aos associados beneficiados com esse direito.

A pandemia afetou a produtividade da Magistratura mineira?

Com a pandemia, os magistrados, inclusive por orientação do TJMG, passaram a adotar o regime de teletrabalho. Aquilo que inicialmente nos preocupava, a possibilidade de o home office ser um complicador para o atendimento ao cidadão, acabou sendo convertido em um empenho e muito trabalho de toda a Classe, que resultou em altos índices de produtividade, como reconheceu recentemente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Relatório Justiça em Números.

O levantamento demonstrou que o Tribunal está entre os cinco mais produtivos do Brasil, e é aquele com maior número de conciliações no País. Essa capacidade de trabalho e compromisso com a Justiça, demonstrado por toda a Magistratura mineira, foi, sem dúvidas, um fator relevante para a regulamentação do teletrabalho no TJMG.

Como a Amagis atuou pela regulamentação do teletrabalho?

Assim que o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, demonstrou a intenção de regulamentar o teletrabalho no âmbito do TJ, a Amagis criou um canal de comunicação com os magistrados. Eles puderam enviar suas sugestões sobre o tema, e essas propostas foram apresentadas ao

presidente do Tribunal e à desembargadora Sandra Fonseca, superintendente de Gestão do Trabalho à Distância do TJMG, que dirigiu a comissão responsável por elaborar a proposta de regulação do teletrabalho.

Também dialogamos com o corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, para colaborar com o avanço das propostas. O resultado dessa interlocução, do trabalho da comissão, foi um modelo de teletrabalho sustentável, que não prejudica os magistrados, os jurisdicionados e mantém juízes e juízas próximos das cercanias de sua comarca. Há também o compromisso de aumentar a produtividade em 20%, e alguns dias de presença obrigatória na sede do foro da comarca.

Como as fakes news têm afetado o dia a dia dos magistrados nas comarcas?

A desinformação, a divulgação de fakes news, foi uma das questões que mais nos preocupou na Amagis. Com a chegada da pandemia, os canais de comunicação foram as redes sociais. Enfrentamos isso com altivez, buscando esclarecer no âmbito da nossa Associação e da Amagis Saúde todas as dúvidas geradas pelas fakes news por meios de canais de comunicação como o instagram, facebook e youtube.

Foi utilizando esses canais, com o apoio da Assessoria de Comunicação, que desconstruímos as fakes news, dando apoio aos magistrados na sua luta diária, no seu trabalho. Usamos as redes sociais para esclarecer a sociedade de que a Amagis sempre se pautou pela legalidade, pelo trabalho honesto e dedicado ao seu associado. Nossa função é valorizar o magistrado e, na medida em que o Judiciário dignifica o juiz, preza pelo jurisdicionado. O reflexo disso é a credibilidade da Justiça aumentar, porque o cidadão compreende que o magistrado atua para garantir os seus direitos.

Em outubro, a Amagis completou 66 anos. O que explica a força da associação nessas seis décadas?

Estou na Associação há muitos anos, e posso dizer que nesse período tivemos grandes presidentes que levaram adiante a missão da Amagis de representar bem seus associados, dar seu contributo social e ter responsabilidade com seus funcionários, pois vivem da Associação.

Somos o braço político da Magistratura, do Poder Judiciário, e há muitos anos atuamos nas questões mais complexas para o aperfeiçoamento da Justiça e melhoria das condições de trabalho da Classe. ●

“Somos o braço político da Magistratura, do Poder Judiciário, e há muitos anos atuamos nas questões mais complexas para o aperfeiçoamento da Justiça e melhoria das condições de trabalho da classe”

Amagis rechaça acusações levianas contra sua gestão e saúde financeira

Com as intransferíveis transparência e responsabilidade, que sempre pautaram nossa gestão, e com a indignação de quem pertence a uma Classe honrada, a Diretoria da Amagis divulga esta nota oficial para rechaçar as mentiras e a rede de fake news que a acusam levianamente de má gestão e de crise financeira.

Como divulgado, no último dia 22 de março, apresentamos as contas da Associação e da Amagis Saúde, que foram aprovadas pela unanimidade do Conselho Deliberativo, confirmando, mais uma vez, a lisura e o responsável, além de positivo, estado das finanças e do patrimônio de todos os magistrados e magistradas.

Os números não mentem nem atacam, ao contrário, provam a higidez financeira da entidade, que tem hoje, como reserva de caixa, mais de R\$ 6 milhões para fazer a defesa de interesse e direito dos magistrados aqui e em Brasília, inclusive quando atacados. Nosso plano de saúde é robusto, conta com mais de R\$ 60 milhões, e, desde 2008, é aprovado anualmente com a nota máxima pela ANS como modelo de autogestão.

Aos colegas que, de uma forma ou de outra, foram impactados pela mentira e leviandade, reafirmamos e garantimos que a Amagis e seu plano de Saúde gozam de plena estabilidade e sem quaisquer riscos à manutenção dos serviços aos associados.

Qualquer associado pode consultar nossos balancetes divulgados mensalmente pelo site. O fato de um setor ou outro não ser autossustentável, como as Colônias de Férias, justifica-se por se tratar de um benefício subsidiado por nossa entidade em favor do lazer do associado e de seus familiares.

Estamos acostumados e preparados contra os ataques dos inimigos da Magistratura, quando atuamos em defesa intransferível e permanente da Classe. O que nos causa indignação, desta vez, é quando a mentira e a leviandade partem de alguns que deveriam honrar a Classe e Associação às quais integram.

Reconhecemos que o período eleitoral leva alguns, influenciados pelos maus exemplos disponíveis, a recorrerem ao submundo das redes sociais e, por meio de ataques, não pouparem sequer a própria instituição associativa.

A Diretoria da Amagis é transparente, íntegra, sempre agiu com higidez, responsabilidade e zelo na gestão do patrimônio dos associados.

Veja, a seguir, os dados reais e contextualizados para restabelecer a informação correta e verdadeira.

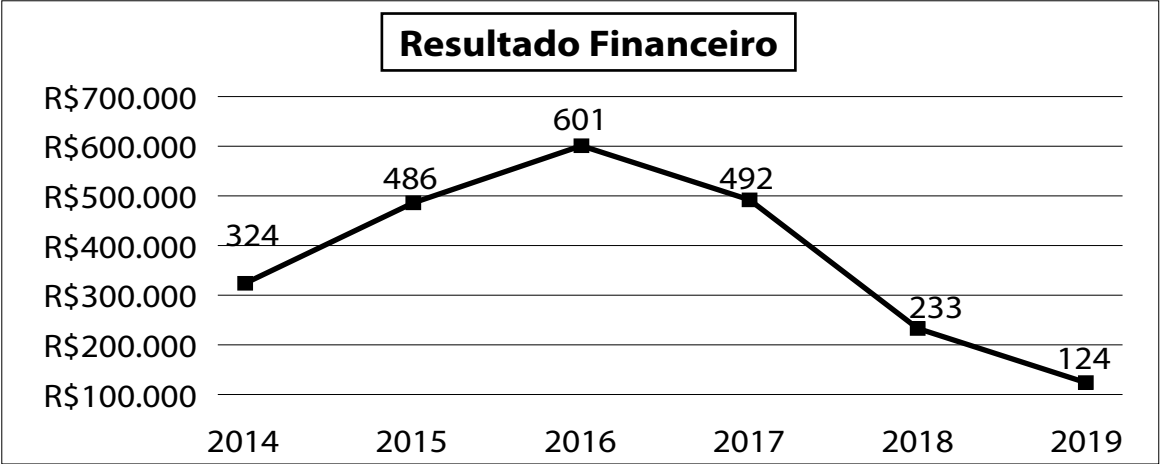
Belo Horizonte, 22 de outubro de 2021

Diretoria da Amagis

Diante de informações de que está havendo compartilhamento de dados da Associação de forma incorreta, cumpre-nos desfazer o equívoco de que a Amagis se encontra deficitária. Isso não precede. Reiteramos que as contas da Associação são superavitárias. A saúde financeira da Associação e seu patrimônio são frutos de uma gestão responsável.

O material que está sendo divulgado em redes sociais foi pinçado e retirado do contexto global de um estudo realizado em razão de verificar a viabilidade econômica para eventual redução de mensalidade. Em razão disso, o relatório alerta pela incerteza de continuidade operacional caso haja redução significativa da contribuição por parte dos associados.

Sobre o gráfico de ‘resultado financeiro’, outro dado retirado de contexto, não reflete a situação financeira da Amagis. O gráfico demonstra apenas o recebimento de juros auferidos pelas aplicações financeiras e não o valor total investido. Como é sabido, as remunerações são feitas com base na taxa Selic e a redução dos resultados financeiros são justificadas pela política de redução desta taxa nos últimos anos.



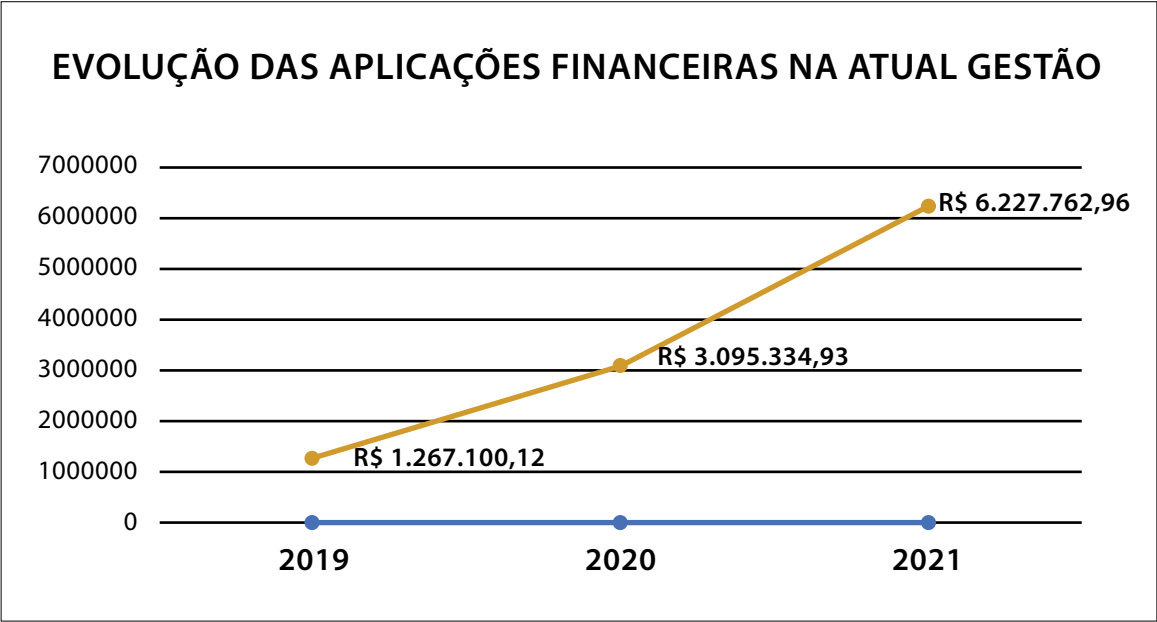
Para ilustrar segue gráfico da trajetória da taxa Selic no mesmo período:



Desde o início da atual gestão, a Diretoria trabalha para ampliar as fontes de recursos da Associação, buscando alternativas capazes de agregar receitas. Além disso, foi adotada, com sucesso, uma série de iniciativas para redução de custos, que trouxe avanços na gestão financeira e melhora na prestação dos serviços para o associado, trazendo ainda robustez ao nosso fundo de reserva. Isso proporcionou um aumento significativo nas nossas reservas e as aplicações financeiras aumentaram em média 391% em relação ao valor disponível no início da gestão.

Lembrando que em nenhum momento dessa gestão houve necessidade de retirada do fundo para pagamento de despesa mensal, pelo contrário, o valor tem evoluído conforme gráfico.

Veja no gráfico abaixo a evolução das aplicações financeiras da Amagis que demonstra a saúde financeira da Associação e a responsabilidade com o patrimônio dos associados.



A Amagis é uma associação sem fins lucrativos. Lamentável que dados distorcidos sejam apresentados aos associados de forma indireta, uma vez que a Amagis não fecha as portas a nenhum associado. Todos os dados estão disponíveis e as informações são prestadas na forma do estatuto e perante o conselho deliberativo que aprova as contas anualmente. As contas da associação são auditadas e a atual gestão preza por assegurar a saúde financeira e a melhor prestação de serviço possível para os associados.



PROGRAMA RESTAURAR CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Metodologia simplifica a aplicação de preceitos previstos na lei

JORGE ARBEX*

A violência no âmbito doméstico é uma patologia social que assola as famílias brasileiras e a metódica repressiva adotada pela legislação e respectivas interpretações demonstraram não serem suficientes para tratamento diferenciado de um tema de tamanha complexidade. Desse modo, é necessário criar procedimentos e programas que visem reconstruir as visões de mundo dos autores de violência e agressão, de forma que possibilitem estabelecer na família um locus eudemonista.

Assim, na Comarca de Araçuaí se concretizou uma metodologia simples para aplicar os preceitos legais, notadamente aquele previsto na Lei n.º 13.984/2020, utilizando da estrutura já existente no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e, também, dos Postos de Atendimento Pré Processuais (Papre), fatores que facilitaram a concepção de fluxos e metodologias, sem descuidar da qualidade.

O Restaurar (Programa Multidimensional de Atendimento na Violência

determina ao poder público o desenvolvimento de políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, já o art. 8º, caput estabelece a necessidade de criação de política pública visando coibir a violência doméstica e familiar por intermédio de ações articuladas entre os Estados e Municípios. O inciso I reconhece a tônica da integração do Poder Judiciário com a assistência social. O inciso VI adota a diretriz concernente à celebração de convênios entre órgãos governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim, resta consolidado o entendimento de que o Poder Judiciário e o Poder Executivo Municipal têm o poder-dever de consolidar políticas públicas para tratamento diferenciado dos conflitos envolvendo violência doméstica. Nesse sentido, o CNJ recomenda essa metodologia nessa seara consoante Carta da XI Jornada Maria da Penha.

Adjacente às legislações e recomendações, o TJMG, por intermédio da 3ª

sistemática dos preceitos legais, é possível que haja uma atuação coordenada entre o Poder Judiciário e os Executivos municipais, em especial pela municipalização da assistência social e do escopo educacional da jurisdição. Um ponto salutar é a reserva do possível, pois o Poder Executivo municipal, em muitas vezes, se afasta da responsabilidade com setores menos favorecidos. Todavia, com o Restaurar o cenário se torna favorável, uma vez que para concretizá-lo em municípios menores basta que haja a cessão de um profissional psicólogo ou assistente social alocado no Cejusc/Papre, sem a necessidade de criar um Serviço específico com compromisso em estabelecer infraestrutura física e de pessoal.

A implementação do Restaurar é coordenada pelo Poder Judiciário em parceria com os municípios, estabelecido através de decreto municipal de adesão ao programa incorporando-o às ações municipais de enfrentamento a violência contra a mulher.

O acompanhamento técnico do programa estruturalmente perpassa por entrevistas iniciais, atendimentos individuais e em grupos e palestras. Também o diálogo com os serviços das políticas públicas e a participação nas ações da rede de enfrentamento a violência contra mulher são tônicas a fim de assegurar o debate e ações contínuas de proteção social à mulher.

“A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DOS PRECEITOS LEGAIS, É POSSÍVEL QUE HAJA UMA ATUAÇÃO COORDENADA ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS, EM ESPECIAL PELA MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO ESCOPO EDUCACIONAL DA JURISDIÇÃO”

“O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA ESTRUTURALMENTE PERPASSA POR ENTREVISTAS INICIAIS, ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS E EM GRUPOS E PALESTRAS. TAMBÉM O DIÁLOGO COM OS SERVIÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DA REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER SÃO TÔNICAS A FIM DE ASSEGURAR O DEBATE E AÇÕES CONTÍNUAS DE PROTEÇÃO SOCIAL À MULHER”

Doméstica] traduz no tratamento qualificado do conflito com o atendimento psicossocial dos condenados ao cumprimento de medidas de urgência do artigo 22, incisos VI e VII, da Lei n.º 11.340/2006 a partir de metodologia contínua e planejada, seguindo diretrizes de atendimentos individuais e coletivos.

O art. 3º, §1º, da Lei n.º 11.340/2006

Vice-Presidência e da superintendência da Assessoria de Gestão de Inovação (Agin), promove a concepção e acompanhamento de projetos inovadores, com objetivo de agilizar a resolução de conflitos e a consequente prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, incluindo o Restaurar.

Deste modo, a partir da interpretação

nuas de proteção social à mulher.

Com efeito, o programa restaurar se afirma junto à justiça itinerante, prestando concreta interposição nas situações de violência doméstica.●

[*] Juiz da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araçuaí

Gilson Lemes ressalta a importância da governança na gestão judiciária

Presidente do TJMG destaca foco da gestão na cidadania

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes Soares, reforçou a importância da governança durante palestra sobre a 'Gestão para a cidadania: o papel do planejamento estratégico no fortalecimento do Judiciário com a sociedade' proferida, no dia 25 de novembro, como parte das atividades do programa Foco Eleitoral - Formação Continuada, desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG.

Aos comentar os principais desafios do Tribunal em sua missão de fazer Justiça, o presidente Gilson Lemes afirmou: "Fazer gestão sem governança, você vai evidentemente ter um péssimo resultado. A gestão não se faz sem medições, sem acompanhamento, sem correções."

O presidente do TRE-MG, desembargador Marcos Lincoln, ressaltou que o TJMG atua com o olhar voltado

TRE-MG



Palestra faz parte do programa Foco Eleitoral - Formação Continuada

para a cidadania, comprometido com a construção de um Judiciário cada vez mais forte na promoção da paz social.

Os desembargadores Alberto Diniz, presidente da Amagis, Mau-

rício Soares, vice-presidente e corregedor do TRE-MG, Ramon Tácio, membro da Corte Eleitoral, Jaubert Carneiro e Mariângela Meyer participaram da palestra.●

Apadrinhe cartas de Natal no TJMG

Crianças do Nutris e do Nac enviaram seus pedidos ao Papai Noel

A partir de meados deste mês, o TJMG irá disponibilizar na sua sede, nas unidades Goiás e Raja Gabaglia, cartinhas de Natal ao Papai Noel, enviadas por crianças do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), Núcleo de Arte e Cultura (NAC), TJ Criança Abriga e da Campanha Papai Noel dos Correios.

Devem ser colocadas à disposição aproximadamente 700 cartinhas para apadrinhamento, e os interessados terão até o dia 4 de dezembro para entregar os presentes nas respectivas unidades de onde as cartas foram retiradas. A campanha é realizada em parceria com os Correios e ajuda a alimentar os sonhos de centenas de crianças.

Das 700 cartinhas disponíveis, 170 são do Nutris e do NAC, instituições mantidas como o apoio da Amagis e da Magistratura mineira, que atendem

ROBERT LEAL/TJMG - 2/12/2019



Presentes doados por magistrados alegram as crianças do Nutris

a crianças e adolescentes carentes do Conjunto Mariano de Abreu, no bairro Alto do Boa Vista, em Belo Horizonte.

Nos núcleos, as crianças e os adolescentes têm acompanhamento pedagógico, participam de atividades

esportivas e culturais [dança, teatro, pintura e artes plásticas], e recebem uma alimentação balanceada. Todo trabalho é acompanhado por professores e conta com o voluntariado de pensionistas da Magistratura mineira.●

TJMG destaca importância da Amagis nos 66 anos

Presidente destacou a parceria entre Tribunal e Associação

Por ocasião dos 66 anos da Amagis, celebrados no dia 21 de novembro, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, enviou mensagem ao presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, cumprimentando toda a Diretoria pela data.

Na mensagem, o desembargador Gilson Lemes destacou que o TJMG e a direção da Amagis comungam integridade de importantes valores, como transparência, produtividade, imparcialidade e cooperação. “Como presidente do TJMG, e como magistrado, tenho sido testemunha da bem-sucedida trajetória trilhada pela Amagis ao longo dos anos”, comentou o presidente do Tribunal.

O magistrado afirmou ainda que, “ao atuar com excelência no apoio e na assistência aos magis-

REPRODUÇÃO



Nota do presidente Gilson Lemes foi publicada no site do Tribunal

trados mineiros, com uma postura permanente de trabalho, comprometimento e dedicação, a Amagis culminou por construir uma

relação harmoniosa e próxima ao TJMG”.

Segundo o presidente do Tribunal, essa aproximação beneficia não apenas juizes

e desembargadores, mas também o jurisdicionado, contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional.●

Justiça
em números
2021

Amagis parabeniza magistrados e servidores pelo excelente desempenho demonstrado no relatório Justiça em Números



Estes autores já publicaram na

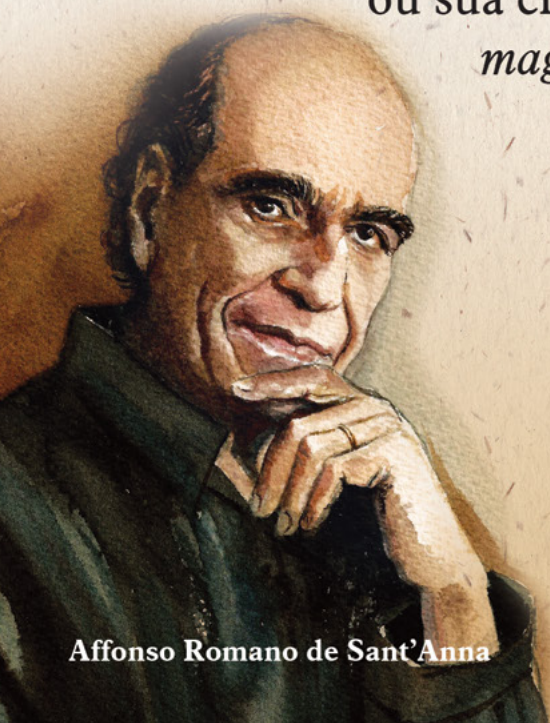
MagisCultura
Mineira

Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.

Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

Colônias têm inscrições abertas para alta temporada

Pedido de participação no sorteio deve ser feito até 6 de dezembro

RODNEY DOMINGUES

A fim de que os magistrados e seus familiares possam melhor planejar suas férias de verão e feriado de Carnaval, a Amagis abriu inscrições, até o dia 6 de dezembro, para o sorteio de vagas para hospedagem, nesses períodos, nas Colônias de Férias da Associação.

Entre os destinos mais procurados nesse período do ano, estão as unidades localizadas no litoral, como Cabo Frio [RJ]. Sétima cidade mais antiga do País, onde o clima litorâneo mistura-se com a história do Brasil, Cabo Frio tem entre seus atrativos o Forte de São Mateus e a Ilha do Japonês. Duas opções de lazer distintas que confirmam a variedade de destinos oferecidos pela cidade.

Com belas praias (Perequê-Miirim, Sununga e Lazáro, entre outras), a colônia de Ubatuba [SP] oferece também atrativos turísticos como o Projeto Tamar e passeios no Parque Estadual da Serra do Mar. Em Nova



Praia do Lazáro, em Ubatuba, atrai os visitantes por sua beleza e tranquilidade do mar

Viçosa [BA], os associados poderão conhecer o Parque Nacional de Abrolhos e praias como Pau Fincado, Barra Velha e Sambacuí.

Para os associados que procuram fugir da agitação do verão, ótimas opções são as colônias de Caxambu [Sul de Minas] e Caldas Novas [GO]. O município mineiro atrai turistas pelas proprie-

dades curativas de suas fontes termais e pela visita da família real [Princesa Izabel e o marido] à localidade. A cidade goiana é famosa por seus parques aquáticos.

As inscrições para vagas nas colônias de férias da Amagis podem ser feitas pelo telefone [31] 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br.

O Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio [Deacap] tem acompanhado, diariamente, os diários oficiais dos municípios nos quais as colônias da Amagis estão instaladas. Por causa da pandemia do Covid-19, o funcionamento das unidades está condicionado às normas sanitárias de cada prefeitura.●



Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juíza Juliana Pedrosa, da Comarca de Pouso Alegre

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

CURADORIA



**JUIZ THALES
FLORES TAIPINA**



UM SONHO DE LIBERDADE

O filme é da década de 1990, e embora não tenha sido um grande sucesso de bilheteria, recebeu sete indicações ao Oscar. Ele conta a história do jovem banqueiro Andy Dufresne, interpretado por Tim Robbins, condenado injustamente pelo assassinato de sua esposa e do amante. Dufresne passa 20 anos preso, até conseguir fugir de uma penitenciária de segurança máxima nos EUA e denuncia um esquema de corrupção dirigido pelo diretor do presídio. O filme é dirigido por Frank Darabont, e o elenco conta com a participação de Morgan Freeman.



JUIZ RENATO ZUPE



A SOMBRA DO VENTO

Um escritor espanhol que eu considero um novo Cervantes, resguardada as devidas proporções. Um artista, para mim, do nível de Umberto Eco e Saramago, é o Carlos Ruiz Zafón. O primeiro dos livros dele no Brasil é "A sombra do vento". Na obra, ele trata do amor pelos livros e pela literatura, com uma temática de romance, mistério e terror gótico por trás, que sempre me encantou. Zafón é prosa de primeiríssima qualidade. Há livros posteriores dele que seguem essa tendência, esse universo de ficção que é a Barcelona de meados do século XX.

BAÚ DE ACORDES

Na música, clássico é clássico também

Tiago Parrela - Três talentos brasileiros revigoram os clássicos, gerando outros clássicos, ao desfilar por ritmos que vão do caipira, ao sertanejo, toadas, guarânias, MPB, entre outras caras do Brasil mais intenso e profundo. Se ainda não ouviu, a hora é sempre agora. Antes da escuta obrigatória e prazerosa, confira quem são e que arte fizeram.

Irmãs Spindola - Anahí - Alzira e Tetê Spindola gravaram ao vivo, em 1998, o disco "Anahí", reunindo clássicos da música caipira e sertaneja em voz e violão, deixando o público presente [em aplausos e euforia] surpreso e admirado com suas versões.

Com um timbre e presenças pró-

prias nas formas de interpretar as canções, as duas cantoras não abrem mão de sua característica bluseada de apresentar o rasqueado das toadas e guarânias, embaladas na galopeira, uns dos tanto ritmos populares que ecoam pelo país, diferenciando por região em seu sotaque e acentuação.

No palco, as duas artistas levam o universo sertanejo brasileiro, cantando esse saber popular e a lida diária nos sertões, chapadas e espinhaços, nas veredas, rios e matas pantaneiras.

Hamilton de Holanda - "Íntimo" - Com um repertório passeando por Tom Jobim, Chico Buarque, Edu Lobo, Cartola, Silvio Caldas, Orestes Barbo-

sa, Paulo Jobim, Ronaldo Bastos, Noel Rosa, Vadico, Dorival Caymmi, Guinga e Paulo César Pinheiro, além de composições próprias, o bandolinista Hamilton de Holanda, traz ao público seu universo particular acompanhado do bandolim 10 cordas.

Áurea Martins - Iluminante - Dessas gratas surpresas, graças a projetos musicais que eram realizados quase com programações anuais, no Estado e País, como o "Projeto Pixinguinha", em edição realizada na Funnarte em Belo Horizonte, assisti e pude conhecer a importância da cantora Áurea Martins, que apresentava também no repertório músicas do disco "Iluminante", gravado em 2012. ●

MagisCultura e programa de TV são destaques na mídia

Hoje em Dia e Yahoo recomendaram as publicações da Amagis

A 24ª edição da Revista MagisCultura Mineira, produzida pelo talento dos magistrados (as), e o programa de TV Via Justiça, produzido pela Assessoria de Comunicação da Amagis em parceria com a TV Assembleia, foram destaques na mídia em novembro.

Em sua coluna no jornal Hoje em Dia, o jornalista Manoel Hygino ressaltou o ensaio 'Padre Vieira, imperador da língua portuguesa', de autoria do desembargador Rogério Medeiros. Sobre o texto, o jornalista afirmou "ser algo que merece atenção muito especial pelo tema, pelo nome de Vieira e pelo

vasto conhecimento que do tema tem o magistrado".

O Via Justiça foi destaque no portal Yahoo, que evidenciou, na editoria de finanças, o programa com o tema 'Criptomoeças: o que são e como investir com segurança'. O juiz Fernando Lamego Sleumer, da Comarca de Belo Horizonte, e o advogado Bernardo Bicalho, foram os convidados dessa edição.

O portal Yahoo afirmou que o tema abordado no Via Justiça demonstra que "o judiciário segue atento aos detalhes do Bitcoin no Brasil, assim como o crescimento dos golpes com a moeda no país".

REPRODUÇÃO



Imprensa ressaltou conteúdo produzido pela Amagis

A Amagis tem um
perfil oficial no
Instagram

Siga a
Associação
no perfil
"amagismg"



PENSAMENTO JURÍDICO

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Amagis 66 anos

No dia 21 de outubro, a Amagis completou 66 anos dedicados à defesa da Magistratura e ao aperfeiçoamento do Judiciário. Os últimos três anos foram marcados por forte atuação na reforma da Previdência, na melhoria das condições de trabalho, e ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. O presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, analisa essa trajetória associativa. [Foto]

Resultados do PAI-PJ

Relatório divulgado pelo TJMG aponta que 1.054 pessoas são atendidas pelo Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário [PAI-PJ]. A iniciativa, reconhecida internacionalmente, realiza há mais de 20 anos acompanhamento de pessoas em situação de sofrimento psíquico que cometeram algum crime. O juiz Luís Fernando Nigro, coordenador-executivo do PAI-PJ, avalia os avanços do programa.

Erro médico

É crescente o número de ações que envolvem pacientes, médicos, hospitais e o Estado. O que é o erro médico do ponto de vista jurídico? Qual é a diferença entre ele e a responsabilidade civil? Como é aplicada a dinamização do ônus da prova nesses processos? O juiz Maurício Ferreira Cunha, titular da 1ª Vara dos Juizados Especiais da Comarca de Poços de Caldas [Sul de Minas] comenta o assunto.

Magistratura e Magistério

Magistrados podem lecionar desde que a docência não prejudique sua atuação, conforme determina o STF. De onde vem essa vocação dos magistrados? Qual o valor da experiência judicante na sala de aula e vice-versa? A juíza Mônica Barbosa dos Santos, diretora do Foro da Comarca de Matias Barbosa [Zona da Mata] e professora da Faculdade de Direito da UFJF, responde a essas e outras questões.

VEJA OS
PROGRAMAS



Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no
YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VIA JUSTIÇA

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Regras Eleitorais

O Congresso Nacional promulgou a PEC 28/2021, que altera regras eleitorais. As mudanças valem para as eleições de 2022. A PEC rejeita a possibilidade de volta das coligações nas eleições proporcionais, entre outras novidades. O vice-presidente e corregedor do TRE-MG, desembargador Maurício Torres Soares, e o cientista político Malco Camargos, analisam as mudanças nas regras eleitorais. [Foto]

Criptomoedas

Com promessas de ganhos rápidos, as fraudes com as criptomoedas alcançaram US\$ 1,9 bilhão em 2020 e seguem em alta. Como não cair em armadilhas? Como comprar e vender bitcoins de forma segura? Como as pessoas lucram com as criptomoedas? Para falar sobre as transações com as moedas da era digital, o Via Justiça recebeu o juiz Fernando Lamego Sleumer e o advogado Bernardo Bicalho.

Passaporte da Vacinação

O Senado aprovou o projeto de lei que cria o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária [CSS], chamado de passaporte da vacinação. O desembargador Bruno Terra Dias, superintendente de Saúde do TJMG, e o promotor Luciano Moreira de Oliveira, coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público de Minas Gerais, avaliam a proposta.

Tráfico de Pessoas

Amagis e TJMG realizaram, em 23 de setembro, uma ação no Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. A superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude, desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, e a superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desembargadora Ana Paula Caixeta, comentam o assunto.

VEJA OS
PROGRAMAS



TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h
[Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Consulta médica pela internet

A Amagis Saúde
disponibilizou uma
plataforma de consultas
com médicos por meio da
internet. Estão disponíveis
diversas especialidades.

**Cardiologia, Clínica Geral,
Dermatologia,
Endocrinologia, Ginecologia
e Obstetrícia, Neurologia
Adulto, Neurologia
Pediátrica, Ortopedia e
Pediatria*.**

**Todas as especialidades
estão aptas a atender casos
suspeitos de covid-19.**

**Acesse amagissaude.com.br
e marque sua consulta**



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS



AMAGIS
Saúde

Médica auditora orienta sobre exames de Covid-19

Pedidos corretos agilizam liberação dos testes da doença

A liberação de exames para diagnóstico da Covid-19 ainda tem gerado muitas dúvidas entre os usuários da Amagis Saúde. Para agilizar o atendimento, a médica auditora do plano, Maria Alice Mello Chaves, esclareceu as principais questões apresentadas diariamente aos atendentes da Amagis Saúde.

De acordo com Maria Alice, um dos principais cuidados na solicitação de testes de Covid-19 para o plano de saúde é o preenchimento correto do receituário médico ou da guia Troca de Informações na Saúde Suplementar (TISS), na qual há um campo específico para a indicação dos sintomas do paciente.

A médica auditora esclareceu que a descrição correta dos sintomas do paciente, incluindo a data em que os sinais da doença apareceram, é muito importante para a liberação do pedido de exame. Entre os sintomas mais comuns da Covid-19 estão a febre, dor de garganta e de cabeça, coriza, tosse, perda de olfato e de paladar. "A descrição dos sintomas feita de forma clara vai agilizar a autorização do exame, dando mais tranquilidade ao paciente e seus familiares", observou Maria Alice.

Entre os exames de Covid-19 disponíveis no mercado, o RT-PCR, cuja confirmação da doença é obtida pela detecção do RNA do coronavírus na amostra analisada, é considerado o padrão ouro. Ele deve ser solicitado entre o terceiro e o quinto dia do início dos sintomas da covid. "A operadora de saúde vai analisar a liberação do pedi-

REPRODUÇÃO



Maria Alice Chaves, médica auditora da Amagis Saúde

do de exame de acordo com a data do início dos sintomas da doença", apontou a médica auditora.

Segundo Maria Alice, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não estabelece de forma clara qual o espaço de tempo entre a realização de um primeiro e segundo teste de RT-PCR. Esse período pode ser entre 15 e 30 dias, caso o paciente tenha feito um exame de RT-PCR com resultado negativo e apresente os sintomas da doença.

O exame sorológico, que demonstra se a pessoa já teve contato com o coronavírus e se o sistema imunológico produziu os anticorpos contra a doença, deve ser solicitado a partir do oitavo dia do início dos sintomas da Covid-19. Esse teste não é autorizado quando o paciente tiver feito um exame prévio de RT-PCR com resultado positivo, for solicitado juntamente com o RT-PCR e quando a pessoa tiver

um resultado negativo no exame sorológico a menos de uma semana.

Conforme os critérios da ANS, os planos de saúde não são obrigados a liberar os exames de sorologia quando o pedido for feito para o pré-operatório, frequência em academias, retorno ao trabalho, controle de cura, contato com alguém contaminado e avaliação de eficácia da vacina, entre outros. Nesses casos, a Amagis Saúde não autoriza o teste de sorologia.

O exame de RT-PCR é autorizado exclusivamente para diagnóstico da Covid-19, quando a pessoa tiver mais dois sintomas da doença, e é feito entre o terceiro e quinto dia a partir de quando os sinais da covid apareceram.

O teste rápido, que identifica os anticorpos no organismo da pessoa após a infecção ter ocorrido, não tem cobertura da Amagis Saúde e não é obrigatório pelas normas da ANS. ●

Conselho Gestor atua pelo aperfeiçoamento do plano

Colegiado avalia e propõe estratégias para a Amagis Saúde

O Conselho Gestor da Amagis Saúde reuniu-se, no dia 15 de outubro, para deliberar sobre assuntos administrativos e pleitos dos usuários do plano. Como parte da política de aperfeiçoamento permanente da Amagis Saúde, os conselheiros avaliaram os serviços prestados aos magistrados e seus dependentes.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou a importância do trabalho realizado pelo Conselho Gestor de Saúde para garantir a qualidade dos serviços oferecidos aos associados, que têm avaliado a Amagis Saúde positivamente. Em pesquisa recente, o plano obteve 98,5% de aprovação dos seus usuários.

Entre as atribuições do Conselho Gestor de Saúde, estão definir as políticas, metas e estratégias do plano, acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho da Amagis Saúde, propondo e definindo mudanças e melhorias necessárias ao seu bom desempenho.

REPRODUÇÃO



Conselheiros discutiram assuntos administrativos

Participaram da reunião a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere do Couto, os desembargadores Edison Feital Leite e Reynaldo Ximenes Carneiro, a desembargadora Valéria da Silva

Rodrigues Queiroz. A juíza Flávia Burchal de Moura, os juízes Marcos Alberto Ferreira, Guilherme de Azeredo Passos e Fábio Torres de Sousa, a gerente de Serviços de Saúde, Marina Shizuko. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Uso da carteirinha da Amagis Saúde gera benefícios

A Amagis Saúde orienta aos usuários do plano, que forem realizar procedimentos terapêuticos, clínicos, cirúrgicos ou diagnósticos, por médico cooperado à Unimed-BH, utilizarem a carteirinha da Amagis Saúde. Essa medida gera economia de 17,7% e agilidade no atendimento.

Como faço?

O primeiro passo é informar ao atendente que você deseja fazer o procedimento pela Amagis Saúde.

Posso usar a Amagis Saúde se a guia do pedido for da Unimed?

É possível utilizar a Amagis Saúde nesses casos, pois o plano aceita os pedidos feitos na guia da Unimed.

Quais documentos devo apresentar para o uso desse pedido?

Carteirinha da Amagis Saúde, documento de identidade com foto e a senha fornecida pelo médico da Unimed. O atendente irá imprimir a guia da Unimed e anexá-la à guia da Amagis Saúde.

Por que o uso da carteira da Amagis Saúde garante mais agilidade na realização do exame?

Os procedimentos realizados pela Unimed precisam

ser cadastrados no sistema da operadora para depois serem enviados e analisados pela Amagis Saúde. A autorização prévia é dispensada pela Amagis Saúde quando o serviço prestado é inferior a R\$ 270,00 e não há Diretriz de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Qual a diferença de valores?

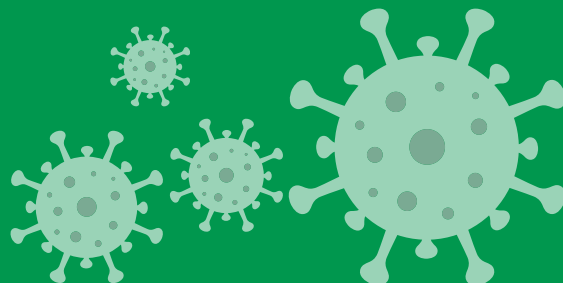
A taxa de coparticipação praticada pela Amagis Saúde na realização de exames e procedimentos ambulatoriais é menor, pois não incide a taxa administrativa de 17,7% paga para a Unimed.

E a carteirinha digital?

A carteirinha digital é mais uma facilidade oferecida ao usuário do plano. Ela pode ser acessada pelo aplicativo da Amagis Saúde, que está disponível nas lojas virtuais App Store e Google Play. O login e a senha são os mesmos utilizados na área do beneficiário, no site amagissaude.com.br. ●

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Passaporte da vacinação está disponível no Conecte SUS

Com o avanço da reabertura das atividades em todo o mundo, o passaporte da vacinação passou a ser exigido para a entrada de turistas em países como Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia, entre outros, e em várias cidades brasileiras para acesso a espaços públicos.

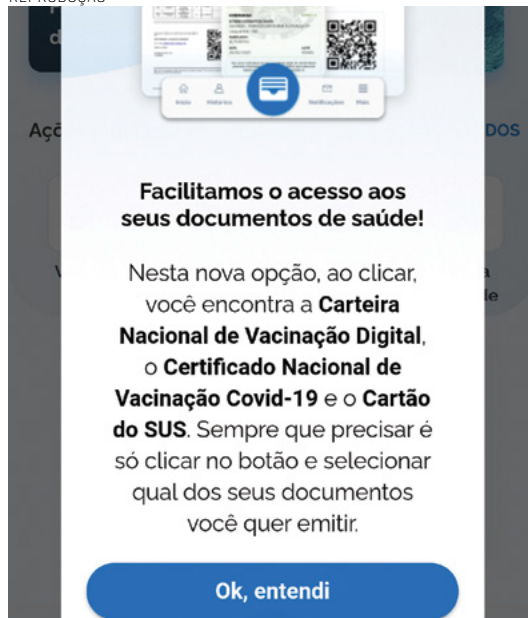
Para quem já completou o es-

quema vacinal ou tomou a dose única da Janssen, o documento já está disponível no site conecte-sus.saude.gov.br, do Ministério da Saúde, ou pode ser obtido por meio do aplicativo Conecte SUS, nas lojas virtuais Google Play ou Apple Store.

Para ter acesso aos serviços do Conecte SUS, incluindo o pas-

saporte vacinal, é preciso fazer o cadastro informando seu CPF e uma conta de e-mail. Feita a inscrição no serviço, o usuário poderá emitir a Carteira de Vacinação Digital e o Certificado Nacional de Vacinação Covid-19, que pode ser usado em viagens internacionais. Ambos os documentos têm validade de 12 meses.

REPRODUÇÃO



Aplicativo do Conecte SUS

Fiocruz avança na produção do IFA Nacional

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informou, no dia 22 de outubro, que enviou para os Estados Unidos dois lotes de pré-validação do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) produzidos no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos).

Os lotes da matéria-prima para a produção da vacina AstraZeneca, contra covid-19, foram aprovados em testes internos e passarão por mais 14 testes a fim de garantir que possuem os parâmetros de qualidade do IFA importado.

Fonte: Agência Brasil

Butantan testa soro anti-covid

O Instituto Butantan recebeu, no dia 15 de outubro, autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciar, em humanos, testes complementares do soro anti-covid, fabricado pela instituição. O soro auxilia no tratamento de pessoas já infectadas pela doença, ao contrário da vacina que é uma forma de prevenção.

Fonte: Agência Brasil

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E
ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

BOLETINS

Doenças comuns em homens de diferentes idades

Novembro Azul reforça os cuidados da saúde masculina

Neste mês, é celebrado em todo o mundo o Novembro Azul, que alerta não só para os riscos do câncer de próstata, mas também para a importância da prevenção na saúde dos homens. Os cuidados devem começar desde a infância, a fim de evitar complicações na velhice. Veja abaixo algumas das doenças que mais afetam os homens.

Criptorquidia

Comum entre bebês, a criptorquidia ocorre quando os testículos não descem para a bolsa escrotal. Quando a criança nasce, é preciso verificar se os testículos estão na bolsa escrotal e observar como evolui o caso durante um ano. Além da ausência, outro sintoma da criptorquidia é a inflamação e dor.

Refluxo Vesicoureteral

O grupo mais afetado por essa doença são crianças menores de 5 anos. Com o mau funcionamento do ureter ou sua interrupção total, a urina volta pelo ureter levando bactérias presentes na bexiga até o rim, órgão extremamente sensível a estes microrganismos.

Varicocele

Mais comum entre homens de 15 e 25 anos, é a dilatação anormal das veias dentro do escroto. A varicocele é a principal causa tratável de infertilidade masculina, presente em 15% da população masculina e em aproximadamente 40% dos homens com infertilidade primária (nunca tiveram filhos).

Cálculo Urinário

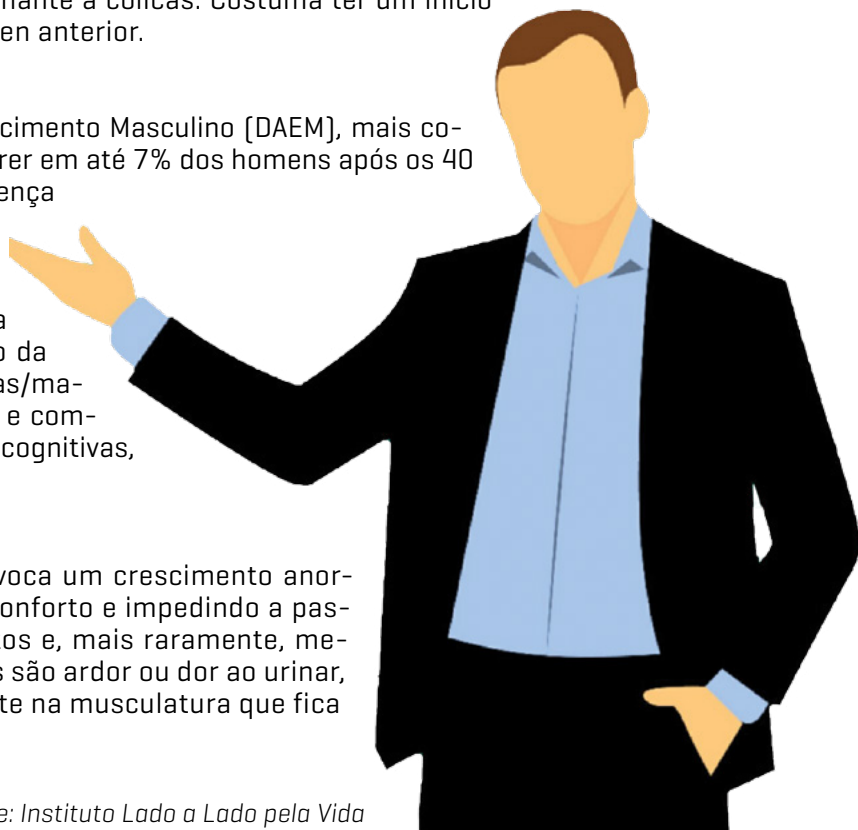
O cálculo urinário atinge principalmente adultos dos 30 aos 40 anos. O sintoma mais comum é uma dor forte nos lados da região lombar, semelhante a cólicas. Costuma ter um início repentino e se espalha para o abdômen anterior.

Andropausa

A Deficiência Androgênica do Envelhecimento Masculino (DAEM), mais conhecida como Andropausa, pode ocorrer em até 7% dos homens após os 40 anos e até 30% após os 60 anos. A doença é caracterizada pela queda das taxas de testosterona. Entre os sintomas mais comuns, estão a redução da força, da massa muscular e da resistência física (fadiga), diminuição da libido e do número de ereções noturnas/matutinas, aumento da gordura (visceral) e comprometimento da memória e funções cognitivas, depressão e irritabilidade.

Prostatite

É a inflamação da próstata que provoca um crescimento anormal da glândula, causando dor, desconforto e impedindo a passagem da urina. Afeta homens adultos e, mais raramente, meninos pré-adolescentes. Os sintomas são ardor ou dor ao urinar, muita vontade de urinar, dor frequente na musculatura que fica entre as pernas e secreção uretral. ●





Novembro Azul alerta para a saúde do homem

Campanha educativa reforça a importância da prevenção

Neste mês, a Amagis Saúde adere à campanha Novembro Azul, criada em 2011, inicialmente, para alertar e orientar a população masculina sobre os riscos do câncer de próstata, e que, ao longo dos anos, contribui para ampliar o debate sobre a importância dos cuidados com a saúde dos homens.

A prevenção com a saúde masculina deve ter início na infância, ainda bebê, quando, por exemplo, é preciso estar atento à ocorrência da criptorquidia, doença caracterizada pela ausência dos testículos na bolsa escrotal. O diagnóstico e tratamento precoce podem evitar a necessidade de uma cirurgia.

As consultas ao pediatra não devem se limitar apenas à avaliação do crescimento da criança e orientações sobre vitaminas, cuidados e vacinas. São igualmente importantes para esclarecer os pais sobre sinais de possíveis doenças, como o refluxo vesicoureteral, de maior incidência em crianças menores de 5 anos, caracterizada pelo mau funcionamento do ureter e que pode causar complicações no rim.

No entanto, pode ser na adolescência o período no qual a saúde do homem passa a ser negligenciada. Enquanto as meninas

consultam com um ginecologista, os meninos costumam ficar sem as orientações médicas nessa fase da vida. Esse erro pode ser evitado com visitas a um médico hebiatra.

O especialista em hebiatria está mais bem preparado do que o pediatra e o clínico geral para lidar com a puberdade, estirão de crescimento, maturação sexual e mudanças físicas, característicos da adolescência. As consultas podem ser feitas no início da puberdade, e meninas adolescentes também são atendidas pelo hebiatra.

Já com sua vida sexual ativa, recomenda-se que o homem busque orientações com um andrologista, cujo papel na medicina é mais parecido com a função desempenhada pelo ginecologista para as mulheres. A clínica do andrologista é voltada para a vida sexual ou reprodutiva do homem, tratando de problemas como disfunção erétil, doenças da próstata e infertilidade.

Outras especialidades médicas, como o cardiologia, endocrinologia, geriatria, nutrição, com consultas gratuitas aos usuários da Amagis Saúde no Programa Amor à Vida, também são importantes para a prevenção na saúde do homem.

O cuidado com a saúde mental também merece

atenção, pois problemas como a ejaculação precoce podem ser sintoma de um desequilíbrio emocional causado pelas responsabilidades familiares, problemas no trabalho e questões financeiras. Para cuidados com a saúde mental, o Programa Amor à Vida conta com o apoio do médico psiquiatra Octávio Saliba.

Independentemente da especialidade, os médicos são unânimes ao recomendar uma alimentação saudável e prática de exercícios para que as pessoas tenham uma boa qualidade de vida. Os exames anuais são fundamentais para um diagnóstico mais preciso do quadro clínico de cada paciente. Para auxiliar os usuários do plano, a Amagis Saúde oferece, gratuitamente, o Programa Check-up para os magistrados e seus familiares.

Como parte das ações do Novembro Azul, o plano isentará, neste mês, os magistrados e beneficiários que realizarem o exame de PSA [Antígeno Prostático Específico, da sigla em in-

glês] da taxa de coparticipação de 25%, cobrada sobre o valor desse serviço.

As consultas com os médicos do Amor à Vida, incluindo tratamento odontológico e aulas de fisioterapia, podem ser agendadas com Margarete de Freitas pelo telefone [31] 3079-3472, pelo WhatsApp [31] 99778-3177 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br.●

